

Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR



Aírto
Ferronato



Tiago
Albrecht



Gilson
Padeiro



João
Bosco Vaz



Roberto
Robaina

007ª CEFOR 26MAR2024

PAUTA: A tributação como instrumento de desenvolvimento de cidades inteligentes: uma análise a partir da reforma tributária.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): (10h20min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão CEFOR (Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul). Vamos convidar para compor a Mesa o Sr. Henry Ventura, secretário de cultura e economia criativa. Estamos com os vereadores presentes: Ferronato, João Bosco Vaz, Tiago Albrecht, nosso vice-presidente; e o Ver. Gilson Padeiro, que foi o proponente da nossa ação de hoje. Quero convidar o Sr. Marcelo Fernandes, representante da Secretaria Municipal da Fazenda; a Sra. Jaqueline Krob, coordenadora-administrativa da Escola de Direito da PUC; Sr. Uilliam Vargas e Sra. Luana Rafaela, que também são da PUC; Sr. Lucas Fuhr, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Cultura. Quero dizer que eu também sou, e por muitos anos fui, auditor fiscal de tributos. É uma área na qual atuei a vida toda, e tenho meus conhecimentos, até em razão das atividades que desenvolvi. Tenho certeza da belíssima proposta do Ver. Gilson e do belo tema que nós trazemos hoje para a CEFOR, portanto, eu passo a palavra ao professor da PUC, Sr. Paulo Caliendo.

SR. PAULO ANTONIO CALIENDO VELLOSO DA SILVEIRA: Bom dia a todos e a todas. É uma honra estar aqui na CEFOR. Saúdo o presidente, Ver. Airton Ferronato, e também os integrantes da Mesa: Tiago Albrecht, Gilson Padeiro. Nós honrosamente acolhemos o convite. Faço aqui, em nome da PUC, em nome da nossa diretora-administrativa, Dra. Jaqueline, e também do nosso decano, o professor irmão Sandro; o Ver. João Bosco Vaz e também o Ver. Roberto Robaina, que não está presente, mas foi meu amigo de movimento secundarista; todos que aqui se fazem presentes, todos que estão organizando, secretarias e assim por diante. Nós trazemos aqui um trabalho de conclusão de curso. O professor Airton Ferronato deve se lembrar, nós temos um trabalho ao final do curso.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Roberto Robaina.

SR. PAULO ANTONIO CALIENDO VELLOSO DA SILVEIRA: Gostaria de fazer uma saudação especial ao meu estimado amigo Roberto Robaina, amigo de tantos anos.

(Manifestação fora do microfone do Ver. Roberto Robaina. Inaudível)

SR. PAULO ANTONIO CALIENDO VELLOSO DA SILVEIRA: Obrigado, vereador. Nós temos um trabalho de conclusão de curso e quero dizer que, nesse trabalho de conclusão de curso, nós tivemos uma apresentação muito boa do aluno Artur Schmitz sobre um tema que nos interessa sobremaneira: as cidades inteligentes, inclusivas e sustentáveis em tempos de reforma tributária. Então, não sei como é que nós organizamos o tempo, Artur, mas acho que, em princípio, nós apresentamos o trabalho do Artur. Em seguida, eu gostaria de tecer alguns comentários sobre a questão das cidades inteligentes: oportunidades para Porto Alegre, riscos e o impacto da reforma tributária. Creio que é uma apresentação breve, eu não sei exatamente o tempo, mas creio que

seriam 15 minutos para cada um. Vou ser um pouco mais objetivo na minha apresentação sobre oportunidade para Porto Alegre, riscos da reforma e elementos da reforma tributária.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Bom dia, Sr. Presidente, senhores componentes. Até uma sugestão, professor, nós estamos ao vivo em TV aberta, pela TVCâmara, o menos “professorês” e o mais “povoês” que vocês puderem ser, porque eu acho que a gente pode também lá para fora, eu particularmente sou teólogo, não sou nem da área de finanças, mas acho que, quanto mais simples e objetivo para o pessoal que está assistindo, certamente haverá reprises... Então, se o professor e o estudante puderem, o máximo, lembrando, pensando que o pessoal está lá na TV aberta, está na 11 assistindo, acho que vai otimizar ainda mais.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Muito bem. Para efeito de taquigrafia, o primeiro orador foi o Sr. Paulo Caliendo. Antes de iniciar a manifestação, por favor, digam o seu nome e o nome da entidade. Mais temos mais duas pessoas da PUCRS conosco, e uma vaga à Mesa: Uillian e Luana. Um de vocês passem aqui. Vou também citar a presença da Sâmila Monteiro, e aqueles que não forem citados coloquem o nome que nós vamos citar.

O Sr. Artur H. Schmitz está com a palavra.

SR. ARTUR HAUSER SCHMITZ: Primeiramente eu gostaria desejar um muito bom dia a todos os vereadores componentes da Comissão de Orçamento, dizer que é uma honra, agradecer ao Ver. Gilson a oportunidade, ao Ver. Airto Ferronato, também, ter colocado na pauta um tema que é tão importante. Antes de nomear e saudar os demais, eu gostaria de quebrar um pouco o protocolo e parabenizar Porto Alegre, que comemora hoje 252 anos, nossa cidade, e é um motivo de muito orgulho para mim, para o professor Paulo Caliendo e para a PUCRS estarmos falando de um tema tão importante para a cidade no dia em que ela comemora 252 anos, e a nossa esperança é única, que esse trabalho

hoje aqui apresentado possa trazer aplicabilidade prática para Porto Alegre, para tentar desenvolver e cada vez progredir mais e melhorar a vida dos seus cidadãos, que tanto carinho têm pela cidade.

Meu nome é Artur Hauser Schmitz, tenho 23 anos, tenho a honra de estudar direito na PUCRS e também curso administração na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ao longo da minha trajetória eu consegui, pelo menos, analisar muito bem a relação entre o setor privado e o setor público, do ponto de vista de processos e do ponto de vista também jurídico. Esse trabalho foi desenvolvido com o intuito muito claro de transformar Porto Alegre em uma cidade cada vez mais inteligente e utilizar a tributação como uma ferramenta para isso. A pesquisa, então o vereador muito bem suscitou, questões muito técnicas, mas que algumas necessitam ser faladas, são só os métodos que foram utilizados ao longo da pesquisa e que fazem com que o resultado seja o que será apresentado hoje.

O problema de pesquisa que foi colocado durante toda essa trajetória foi o seguinte: de qual maneira a tributação, a partir de reforma tributária, pode servir como uma ferramenta na promoção de cidades inteligentes. O nosso objetivo então era avaliar os impactos da tributação na consolidação dessas cidades e também ver como a reforma tributária poderia auxiliar nesse processo. Reforma tributária que foi, se não o, com certeza, um dos assuntos mais discutidos ao longo de 2023 no cenário nacional, porque tem uma abrangência em todo o País e um impacto muito significativo também na forma de tributação do nosso País.

(Procede-se à apresentação.)

SR. ARTUR HAUSER SCHMITZ: Aqui um dado interessante, os senhores são vereadores, estamos aqui com pessoas que se preocupam com a cidade, nós temos hoje em dia vários reveses que atingem principalmente os grandes centros urbanos, que seriam escassez de recursos naturais, aumento populacional, desigualdade social, crises econômicas e sanitárias. Tendo em vista esse cenário que não parece nada aprazível, digamos assim, nós temos as

idades que são denominadas inteligentes. Para tentar deixar um pouco mais dinâmico o nosso assunto de hoje, eu coloquei um questionamento que é o seguinte: qual dessas cidades pode ser considerada uma cidade dita inteligente? Tokio no Japão, ou Medellín na Colômbia? Tokio, uma cidade mundialmente conhecida por seu desenvolvimento tecnológico, possui robôs, grandes empresas de tecnologia; e Medellín, uma cidade que é historicamente reconhecida pelos cartéis de narcotráfico na Colômbia e que sempre teve uma imagem vinculada de muita violência e de muita desigualdade.

Por incrível que pareça, incrível não, me corrijo, ambas as cidades são consideradas inteligentes. Por quê? Não é necessário para se ter uma cidade inteligente um orçamento robusto; é necessário organização e empenho por parte sociedade e do estado para que isso ocorra. Ou seja, temos uma cidade que é Tokio, mundialmente conhecida, uma cidade rica; e Medellín, uma cidade que, como eu disse anteriormente, é reconhecida internacionalmente pelos seus cartéis de narcotráfico, mas que se reinventou e hoje é considerada uma cidade inteligente nos *rankings* globais.

Trazendo um pouco do debate das cidades inteligentes para o Brasil. Aqui foram listados dados que foram vinculados a quais cidades são as mais inteligentes do Brasil. Florianópolis aparece em primeiro lugar; depois Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, Niterói, entre outras. Porto Alegre aparece na 32ª posição. Ou seja, apesar de Porto Alegre ter um esforço contínuo de melhorar, e nós sabemos disso, ainda há muito a ser feito. Ou seja, nós precisamos analisar e ver como Porto Alegre pode melhorar nesse quesito, principalmente agora no cenário de reforma tributária. Aqui temos alguns indicadores vinculados do Ranking da Geral Connected Smart Cities, que mostra a situação de Porto Alegre. Nós temos, por exemplo, Porto Alegre, em termos de mobilidade, na 32ª posição no Brasil; em termos de meio ambiente, 61ª posição; governança, 44ª; inovação, 10ª; empreendedorismo, 6ª; urbanismo, abaixo das 100; segurança, 31ª; entre outros assuntos que também são abordados. Ou seja, nós temos desafios a serem feitos que são obviamente inerentes a qualquer centro urbano grande, como nós vimos ali: questão de aumento populacional, escassez de

recursos naturais, igualdade social, crise econômica, desafios impostos para as cidades.

Os pressupostos das cidades inteligentes, que é o tema debatido no dia de hoje: nós temos que a cidade inteligente, o professor Caliendo vai abordar isso melhor depois, tem como principal pressuposto a sustentabilidade urbana, a redução das desigualdades sociais e também regionais, e também o próprio desenvolvimento socioeconômico e tecnológico, e também nós temos o incremento da integração e da infraestrutura do ponto de vista urbano. Posteriormente, foi feito um documento no Brasil que serve como embasamento para se nortear a conceituação e adequada consolidação das cidades inteligentes no Brasil, que é a Carta Brasileira das Cidades Inteligentes, que foi desenvolvida em 2020, juntamente com vários ministérios da época, como Ciência e Tecnologia, Casa Civil, Cidadania. E o que nós tivemos? Nós tivemos que as cidades inteligentes prezam o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentáveis em seus aspectos econômico, ambiental e também sociocultural; também tivemos que elas atuam de forma, vejam, planejada, inovadora, inclusiva e em rede; e elas também promovem o letramento digital, a governança e a gestão colaborativas e também utilizam tecnologias para solucionar problemas concretos do dia a dia da população brasileira.

Nós temos então, atualmente, um sistema tributário que desincentiva a criação de cidades inteligentes; por quê? Porque ele é complexo, ou seja, ele é de difícil acesso pela população, difícil compreensão; ele é regressivo, uma vez que principalmente a tributação sobre o consumo incide de forma mais pesada sobre aqueles mais carentes, uma vez que não se faz uma distinção quando se compra 1 kg de arroz se a pessoa ganha um salário mínimo ou 10 salários mínimos, o preço do arroz é o mesmo, só que o peso desse quilo de arroz no orçamento de uma família muito carente, de uma família mais abastada, é completamente diverso, ou seja, temos uma tributação que aumenta a desigualdade social no Brasil e esse cenário deve ser revertido. Essa tributação não fomenta inovação e não fomenta empreendedorismo, que são elementos essenciais para o desenvolvimento das cidades inteligentes no âmbito nacional.

Aqui eu resolvi mostrar um dado para os senhores vereadores e para os demais presentes, que é a posição do Brasil em *rankings* globais em termos de tributos. Foram feitas análises de pagamento de tributos em mais de 190 países e o Brasil aparece na 184ª posição em termos de pagamento de tributos, ou seja, fonte o Banco Mundial, que foi colocado aqui a público pela Endeavor Brasil, dados de 2020, mas que têm a tendência de inclusive terem aumentado durante o período pandêmico.

Aqui é algo bem interessante que eu queria mostrar para os senhores e para as senhoras, o tempo que se gasta no Brasil para o pagamento de tributos: 1.551 horas por ano; a média da América Latina é de 317 horas; a média da OCDE, 158 horas, ou seja, o Brasil está numa posição infinitamente inferior e infinitamente mais prejudicial para o desenvolvimento das cidades inteligentes exatamente pela complexidade, que é inerente ao sistema tributário brasileiro atual, ou seja, esse cenário deve ser revertido e a reforma tributária surge como uma alternativa para isso.

Aqui eu resolvi trazer alguns dados do ISS aqui em Porto Alegre e vou comparar com outras cidades da Região Metropolitana. O ISS é o Imposto Sobre Serviços, e como o Imposto Sobre Serviços pode ter um impacto, inclusive, em regiões próximas à nossa cidade. Processamento de dados e congêneres, por exemplo, que são extremamente essenciais para o desenvolvimento das cidades inteligentes: alíquota em Porto Alegre, 5%; pesquisa e desenvolvimento de qualquer natureza, 5%; cessão de direitos de uso de marcas e de sinais de propaganda, 4% em Porto Alegre; nas nossas regiões vizinhas, Canoas e Eldorado do Sul, os senhores vejam que alíquota é menor, ou seja, há uma atratividade maior para as empresas se instalarem nesses municípios, ou seja, muitos casos a população mora em Porto Alegre mas trabalha nessas cidades em que estão instaladas essas empresas exatamente por ter uma tributação menor.

Aqui um pouco do que foi esclarecido e que foi dito ao longo da reforma tributária e mudado também no âmbito do sistema tributário nacional. Nós tivemos em nível federal a extinção do PIS e da Cofins para contribuição sobre bens e

serviços, também nós tivemos a extinção do IPI, em sua grande maioria, e a transformação no imposto seletivo, que depois nós trataremos.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Vamos chamar para compor a mesa o Ver. Adeli Sell.

SR. ARTUR HAUSER SCHMITZ: Então nós tivemos, no âmbito municipal e no âmbito estadual, a extinção do Imposto Sobre Serviços e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ISS de competência municipal e o ICMS de competência estadual –, para transformação do atual IBS. Os princípios que foram propostos no âmbito da reforma tributária e que conversam e muito com o adequado desenvolvimento das cidades inteligentes: o princípio da simplicidade, ou seja, a tributação deve ser simples; o princípio da transparência, o cidadão deve saber o quanto pagou, para quem pagou e qual o destino deste recurso; a justiça tributária, que tem como principal objetivo tornar o sistema tributário brasileiro menos desigual, principalmente que afete, de uma maneira menor, os mais humildes. Também temos o princípio do equilíbrio e o princípio da proteção do meio ambiente. Vejam que todos estes pontos, se vinculados ao próprio conceito de cidades inteligentes, que foi colocado anteriormente, têm uma relação extremamente grande, ou seja, a reforma tributária tem como principal objetivo a reformulação do sistema tributário brasileiro, também, como consequência, auxilia no desenvolvimento das cidades inteligentes. Bom, uma análise que foi feita, a partir da reforma tributária é a seguinte: a reforma tributária, como eu disse anteriormente, visa a reduzir a complexidade do sistema tributário nacional, o menor número de tributos, ou seja, quando se tem menos tributos, a tendência é que se tenha menos complexidade; também a própria regressividade tributária, citei aqui o exemplo do *cashback*, que já foi instaurado aqui, de certa forma, no Rio Grande do Sul que prevê o seguinte: no momento em que nós temos 1 kg de arroz vendido no supermercado a R\$ 5,00 – desses R\$ 5,00, R\$ 2,00 são de tributo, quando o cidadão vai lá, paga esse valor pelo arroz, coloca o seu CPF, que está vinculado a um cadastro da

Prefeitura ou do governo do Estado, ele pode receber aqueles R\$ 2,00 que ele pagou de tributo de volta ou aqueles R\$ 2,00 são tirados do próprio valor do produto, ou seja, em vez de pagar R\$ 5,00, paga-se R\$ 3,00. Ou seja nós temos a oportunidade da regressividade ser mitigada por meio de mecanismos que foram colocados dentro da reforma tributária. Também nós temos a questão de proteger o meio ambiente, a saúde, nós temos o imposto seletivo, o imposto sobre bem e serviço, por exemplo, imposto seletivo que incidirá sobre produtos danosos à saúde, ao meio ambiente, possibilita neutralidade fiscal e econômica, no sentido da tributação não se ser o principal motivo para se tomar ou se deixar de tomar uma determinada decisão, combater a guerra fiscal, que nós sabemos que é um grande problema do Brasil – os estados competem entre si para atrair investimentos, muitas vezes renunciam à receita que é importantes, muitas vezes essa própria guerra fiscal acaba prejudicando o próprio sistema federativo do Brasil – então, é o ponto também que devemos atentar; também protege produtos e serviços relacionados à saúde, ao meio ambiente, mobilidade urbana e cultura, também pode melhorar a repartição de receitas entre os entes federados, tendo em vista que os fundos nacionais de desenvolvimento dos municípios, entre outros, poderão ser alimentados com os recursos oriundos da reforma tributária, do que foi proposto na mesma.

Então chegamos à primeira conclusão que a reforma tributária possui, sim, o condão de simplificar o sistema tributário nacional, facilitando a estruturação de políticas públicas, ligadas e fomentadoras das *smart cities*, possibilitam uma atuação promocional do direito tributário, ou seja, retirando a mera função arrecadatória, que é importante, mas promovendo bens essenciais à população brasileira. Também temos então a tributação, que pode ser transformada como instrumento efetivo para o desenvolvimento de cidades inteligentes em todas as regiões do Brasil, não somente nas regiões Sul, Sudeste ou Centro Oeste. Também temos a própria consolidação de princípios e direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, como por exemplo, a sustentabilidade ambiental e sanitária, que está prevista na Constituição, a inovação, o empreendedorismo, a redução de desigualdades regionais e sociais, bem como

a própria promoção da cultura no âmbito nacional, que são facilitadas e têm a sua melhor estrutura vinculada à reforma tributária. Então, alguns questionamentos que o professor Caliendo e eu colocamos aqui para debate posterior com os senhores vereadores, que é a nossa principal intenção, debater esse tema, tentar encontrar soluções para Porto Alegre. Em qual área Porto Alegre quer ser destaque? A partir do que vimos agora, sugerimos que Porto Alegre seja centrada em inteligência artificial, seja um modelo a ser seguido em termos de inteligência artificial no Brasil, tanto na utilização, quanto na própria captação de empresas que instalem serviço de inteligência artificial em Porto Alegre, e de qual modo colocaremos isto em prática? Por meio da inovação e da tecnologia, que podem ser fomentadas pela tributação e tem como a reforma tributária um grande instrumento para se aplicar esta proposta. Nós agradecemos a todos, desejamos também parabéns a Porto Alegre pelos seus 252 anos, agradecemos também a oportunidade concedida pela Câmara de Vereadores, que tão bem representa seus cidadãos. Muito obrigado.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Eu é que te agradeço. O Sr. Paulo Caliendo está com a palavra.

SR. PAULO ANTONIO CALIENDO VELLOSO DA SILVEIRA: Muito obrigado, Sr. Presidente, queria parabenizar o Artur pela apresentação que fez. A minha parte será breve; vou tratar um pouquinho mais sobre os impactos da reforma tributária, Ver. Airtó Ferronato, bem como as possibilidades e riscos em relação a Porto Alegre nessa ideia de cidade inteligente, inclusiva e sustentável – inteligente, inclusiva e sustentável! Queria saudar também o Ver. Adeli Sell, que foi secretário de indústria e comércio de Porto Alegre durante um bom tempo, é uma alegria revê-lo, vereador. Esse tema das cidades inteligentes têm relação muito grande com os riscos e oportunidade, vereador, que a reforma tributária nos traz. A reforma tributária traz algumas mudanças muito interessantes para fins de pensar numa cidade inteligente, inclusiva e sustentável. O art. 43 – friso o art. 43 da Constituição – vai dizer que, a partir de agora, a concessão de

incentivos regionais deve considerar critérios de sustentabilidade ambiental, ou seja, qualquer incentivo regional hoje no País não vai se orientar apenas por critérios econômicos ou sociais, mas também de sustentabilidade. Portanto, na Casa, na Comissão de Finanças e Orçamento, nós vamos ter essa preocupação, creio eu, Presidente, de verificar a questão da sustentabilidade ambiental e mais, não só a sustentabilidade ambiental, mas o art. 43 da Constituição, que agora se torna obrigatória, inclui a questão da redução das emissões de carbono. Toda vez que a cidade busca a redução de emissões de carbono, ela está tendo mais chances de buscar para a cidade recurso da emissão, mas também incentivos fiscais. Ter uma cidade com carbono zero ou com descarbonização é, portanto, hoje um diferencial; já não é mais uma utopia, uma propaganda de um meio ambiente melhor, de uma cidade melhor, mas traz vantagens financeiras, seja em termos de buscar recursos financeiros de financiamento, seja em termos de que nós podemos ter empresas e indústrias em Porto Alegre que também trabalham com a redução de carbono. Então, esse é o primeiro ponto que eu queria citar: a questão da sustentabilidade e a questão da redução das emissões de carbono. Também o texto constitucional, ele vai trazer, em relação às alterações que são produzidas no nosso texto, a ideia de que, nas operações contratadas pelo setor público – isso é muito interessante –, nas operações contratadas pela administração pública direta, autarquias, fundações públicas, inclusive em suas importações será integralmente destinado ao ente federativo contratante mediante a compra em alíquota com redução a zero dos impostos novos que foram criados, que é o IBS – Imposto Sobre Bens e Serviços e CBS – Contribuição Sobre Bens e Serviços. A partir de agora, nas compras públicas, nós não vamos ter incidência do IBS. Hoje, por exemplo, a Prefeitura faz aquisições de produtos, medicamentos e algum outro produto tem ICMS na compra, porque o comerciante destaca o valor do ICMS; com esse dispositivo, na compra, não tem esse valor incidente. Porto Alegre, portanto, pode se beneficiar tremendamente dessa possibilidade. O impacto disso nas finanças nós não temos mais muito claro em Porto Alegre, mas é algo a ser mensurado.

Em algumas cidades, nós vimos que são significativos os impactos em relação à essa matéria.

Também nós temos uma outra alteração que pode favorecer especialmente o setor de saúde, que é um setor muito forte em Porto Alegre, que é o setor médico e hospitalar, porque agora nós temos um dispositivo que é o dispositivo no art. 149-C que diz que nas importações efetuadas pela administração pública direta, autarquias e fundações públicas haverá a igualdade de tratamento em relação às aquisições internas. O que acontecia anteriormente? Quando uma cidade qualquer, Porto Alegre, importava uma mercadoria, um produto do exterior, por exemplo, uma máquina de tomografia, nesse caso, não tinha incidência de imposto no caso de importação, Imposto de Produtos Industrializados, o IPI, porque ele era aqui contribuinte de direito. Quando ele comprava no mercado interno, ele era contribuinte de fato. Quem era contribuinte de direito? O Ver. Aírto Ferronato entende melhor, porque é uma matéria financeira, ele era contribuinte de fato e não apropriava crédito. Resultado para a indústria nacional: os estudos dizem que nós tivemos o incentivo à importação brutal que sucateou a nossa indústria hospitalar no País. Nessa alteração, nós podemos ter um reforço, uma reindustrialização de setores muito importantes que estavam sofrendo com as importações. Então, eu chamaria a destaque aqui o art. 149-C, § 3º; 149-C, § 3º da emenda constitucional da reforma que pode trazer uma série de vantagens ao nosso setor aqui.

Eu queria destacar também um outro dispositivo que ele é muito importante, esse dispositivo é o que está no art. 9º do Ato das Disposições Transitórias e que ele diz, no § 6º, que é possível a concessão de crédito ao contribuinte de resíduos, demais materiais destinados à reciclagem, reutilização, logística reversa de pessoa cooperativa ou de outra forma de organização popular. Repito: é possível apropriação de crédito de resíduos, demais materiais destinados à reciclagem, reutilização ou logística reversa de pessoa física, cooperativa ou qualquer outra forma de organização popular. Explicando em linguagem mais tranquila: quando uma empresa, uma indústria vai adquirir um produto, por exemplo, papel, quando ele comprava papel de outra empresa, ele tinha crédito de ICMS; quando ele

comprava de uma organização popular, de uma cooperativa, ele não tinha crédito, ou seja, o custo de produção para ele era maior. Num caso, ele tem crédito, abate do débito, ele paga menos imposto; no caso de adquirir de uma organização popular, de uma cooperativa, ele não tem crédito e aí ele não abatia. Qual é a diferença hoje? Como os dois têm créditos, organizações populares, cooperativas e a compra de uma indústria, de quem nós vamos preferir comprar? Da reciclagem, ou seja, é possível que se abra uma oportunidade de ouro para o setor de reciclagem, para o setor de reutilização logística reversa, utilização de resíduos fazendo com que a economia não seja mais linear, que é aquela economia que tem produção, consumo e descarte. E agora nós tenhamos produção, consumo e reciclagem, que volta à produção. Portanto, nós temos aqui um espaço gigantesco para Porto Alegre tomar a frente nesse caso e, de novo, não ser só inteligente, mas também ser inclusiva. Vejam que o texto fala em qualquer outra forma de organização popular. Também esses benefícios trazidos aqui no texto se referem a diversos aspectos. Nós teremos agora a produção de uma de uma norma em relação à produção de um imposto seletivo que provavelmente vai incidir sobre alguns aspectos bem importantes. Eu citaria esse dispositivo, que é o 153, inciso VIII, para fins de taquigrafia, Sr. Presidente, que fala que esse novo imposto vai incidir na produção, extração, comercialização ou importação de bens, serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Nós estamos agora em período de elaboração da lei complementar, provavelmente essa lei vá ao Congresso, dia 15 de abril, conforme a proposta que está sendo feita hoje pelo Sr. Ministro Haddad, provavelmente vá ao Congresso Nacional com essa lei complementar. Inclusive eu agradeço o apoio da PUC por ter participado do PAT-RTC, do governo federal, e nessa proposta se debatem diversos temas. Um deles é o seguinte: quais são os bens e serviços prejudiciais à saúde que merecem ter um tratamento diferenciado? Existem bens e alimentos que são prejudiciais à saúde e não podem ter um incentivo fiscal. Por quê? Porque eles vão pressionar o serviço de saúde, o orçamento da saúde porque são alimentos prejudiciais. O grande debate hoje no Brasil é se nós devemos tributar ou não de forma

diferenciada os alimentos ultraprocessados, que tantos males os médicos dizem que causam à saúde, como por exemplo as doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, doenças cardiovasculares, neurológicas e assim por diante. Portanto a PUC tem um grande acervo de pesquisa em relação a essa questão. Quais são as oportunidades emergentes?

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Alguns exemplos de ultraprocessados.

SR. PAULO ANTONIO CALIENDO VELLOSO DA SILVEIRA: Muito boa a pergunta, Presidente. Embutidos, um dos maiores problemas são os embutidos, como a salsicha. O que vai abrir um grande mercado para as indústrias alimentares saudáveis e vinculadas à produção local, trazendo o que a gente sempre diz e que se diz no exterior que é uma análise global dessa produção. Eles dizem lá em inglês: *the farm to fork*, da fazenda até o prato do consumidor, em que toda essa cadeia tem que ser analisada e quanto mais próxima do consumidor melhor. Então eu penso na nossa Zona Rural, penso na produção que nós temos aqui em Porto Alegre e na possibilidade de nós incentivarmos essa forma de produção, porque a indústria vai se mexer para se afastar de uma tributação mais forte sobre os ultraprocessados. Isso é uma grande oportunidade para Porto Alegre também que nós devemos pensar, são diversas as possibilidades que nós temos aqui que trazem da reforma, riscos inclusive, mas eu queria também saudar essa última parte que o nosso estimado aluno, o querido Artur, apresentou que, para ter uma cidade inteligente, nós precisamos de um sistema tributário inteligente. O sistema tributário inteligente é um sistema tributário adaptado aos nossos tempos, um sistema fácil de ser pago, fácil de ser entendido, fácil para as empresas, que distribua os recursos corretamente, que tenha compreensão dos nossos munícipes sobre o destino da arrecadação, mas que faça intensivo uso da inteligência artificial. Nós temos uma base de dados gigantesca no cadastro da planta de valores do IPTU, do ISS... O nosso estimado Ver. Adeli Sell conhece muito a SMIC, na base de dados da SMIC, pra que nós

possamos gerir políticas públicas adaptadas e adequadas. Nós estamos em período quase eleitoral, eu tenho certeza de que os vereadores aqui estão muito preocupados com os planos para a cidade, e nós temos que pensar como usar esses dados de forma inteligente para políticas públicas, é o que nós chamamos de cadastros multifinalitários, um cadastro que tem mais de uma finalidade. Portanto, queria aqui saudar imensamente, mas principalmente o Artur, que é a nossa grande estrela aqui, é um aluno de graduação, que é um exemplo para outros alunos de graduação que desenvolvem pesquisas tão bonitas na cidade. Essa união da universidade com o setor público e o setor empresarial e as organizações populares para nós compõe esse quadro completo de estruturação de uma cidade inteligente, inclusiva e sustentável. Então eu queria saudar novamente, como disse o Artur, a nossa cidade, saudar especialmente a sabedoria desta presidência em ter nos convidado, o vereador que fez o convite para estarmos presentes aqui e essa composição tão bonita e ter encontrado meu amigo de movimento secundarista, o Roberto Robaina, com um especial abraço, e muito saudosos dos nossos debates nas rádios. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Então vamos saudar o Artur, o Paulo pela exposição aqui trazida. O Artur, que é o nosso titular, autor da pesquisa. Registre a presença da TVCâmara, já foi, inclusive, mencionada pelo Ver. Tiago. Vamos passar a palavra agora ao Gilson Padeiro, caso tu queiras fazer uma manifestação.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Bom dia, presidente, quero fazer uma saudação ao Ver. Roberto Robaina, colega da CEFOR e bancada; João Bosco Vaz, nosso segundo decano da Casa; colega Tiago Albrecht, presidente Ferronato, que conduz os nossos trabalhos e que tem esse conhecimento na parte de tributação. Também quero fazer uma saudação especial ao professor Caliendo, ao promissor, o Artur, que trouxe essa importante pesquisa, e também fazer um agradecimento ao meu amigo Henry Ventura e ao Lucas Fuhr, que nos

presenteou na CEFOR com essa pauta. Hoje, para a gente ter essa pauta, eu agradeço a eles, que me pediram para colocar em pauta na CEFOR. Eu saio daqui muito contente, com bastante conhecimento e só tenho a agradecer e saudar a todos os que estão presentes aqui. A minha consideração é essa, e só agradecer. Muito obrigado. E saúdo os 252 anos da nossa cidade de Porto Alegre.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Muito bom, amigo. Com a palavra o nosso vice-presidente da CEFOR, Ver. Tiago Albrecht.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito obrigado, senhor presidente. Novamente, bom dia a todos, em especial aos nossos convidados, público que nos acompanha no canal, se não me engano, 11 da TV aberta, TVCâmara, os pagadores de impostos do lado de lá. Deixa até eu olhar para a câmera e dar um oizinho aí para quem está pagando os impostos e podendo nos manter aqui trabalhando pelo povo. Parabéns, professor, eu até ia brincar, presidente, nome de desembargador, não é? Pedro Paulo Caliendo Velloso da Silveira, isso é nome de desembargador, não é, Robaina? Esse tem sangue real! Professor, obrigado pela sua presença.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Eu ia dizer que a parte ruim é ter encontrado o Robaina! Brincadeira! A gente descontraí, aí fica um pouco mais leve. Quero parabenizar o Artur e, de antemão, Artur, já te convidar, se V. Sa. assim desejar, para trazer o seu TCC de uma maneira ampliada para os pré-candidatos do partido NOVO e de todos os outros eventualmente. Afinal de contas, não é uma pauta de um partido, não é, Robaina? Todos extraem esses dados e aí sim colocam os seus *inputs* políticos. Desde já, está convidado, a gente vai liderar esse processo, se V. Sa. aceitar, e aí terá mais do que 15 minutos, se quiser trazer alguns metadados que, certamente, você tem.

Eu tenho uns comentários, presidente, uma ou outra provocação para os painelistas, é possível rapidamente?

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Claro.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Eu sou o Tiago Albrecht, do partido NOVO, partido da direita liberal, portanto, quanto menos imposto, melhor.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Não, não do partido liberal. É um partido da direita liberal, partido NOVO.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Não, não, eu estou bem onde eu estou, Robaina, liderando o partido NOVO. A reforma tributária, a gente ainda tem dúvidas se ela realmente vai surtir o efeito que se espera. Evidentemente que nós somos reformistas, é, realmente, um manicômio tributário, e acho que esse dado que o Artur trouxe de 1.500 horas é um dado que, volta e meia, nós citamos na nossa atuação parlamentar não só nesta Casa, mas ao redor do Brasil. É impossível você competir com 1.500... E aqui, de novo, não é nem ideologia de direita, esquerda, socialista, liberal, mas como é que você vai competir gastando 1.500 horas para apurar imposto, se não OCDE. Não vou nem pegar a OCDE, que é Primeiro Mundo, vou pegar a coluna do meio que tu trouxeste, era América do Sul? América do Sul e Caribe, a gente gasta, eram trezentos... Tchê, são cinco vezes mais para apurar impostos, Ver. Gilson Padeiro! Aliás, o pão está ameaçado aí, viu? Quer dizer, é um manicômio tributário, que, realmente... Pão faz mal, diz o Adeli! Não, mas pão de centeio não tem problema. Pão integral. Pão de centeio é quando eu era guri, estava surgindo o pão de centeio. Realmente, o manicômio tributário, presidente

Ferronato, aí sim é um *input* político-ideológico, o problema disso tudo é o Estado. Nós não defendemos um Estado mínimo, mas um Estado necessário, mas a gente vê que é o Estado, porque você tem o tributo municipal, o estadual, substituição tributária, bom, aí o discurso vai longe. Apenas para deixar consignado, que eu acho que o Artur toca num ponto bem importante, pelo menos, nessa tua apresentação. O manicômio tributário, tu não usaste esse termo, eu acho, mas eu uso, o manicômio tributário, que esperamos que essa reforma, representante da secretaria... Esqueci. (Pausa.) Marcelo, desculpa, a gente se vê tanto, mas é tanta gente. O Marcelo, que está aqui representando o secretário Fantinel. A gente precisa resolver isso, tomara que a reforma resolva. Não sei se vai ser o caso, porque tem muita lei complementar, V. S^a. falou que o vice, vice não, o Haddad ou o Alckmin? O Haddad está levando para o Congresso Nacional agora as leis complementares. Porto Alegre, veja, só reduziu, Marcelo, reduziu alíquotas, até não sei se, quando tu fizeste o recorte, já havia essa redução de alíquota, Arthur, mas houve redução de alíquotas setoriais e ainda assim a arrecadação do ano passado cresceu 10% acima da inflação, 14% nominal, desconta a inflação que foi de 4%, oficial, 10% a mais, baixando imposto, resolvendo o problema de quem quer empreender, provando curva de Laffer, menos impostos, mais crescimento. E justamente eu falo isso, Arthur e professor Paulo, para abordar esse recorte que vocês trazem. Tudo isso que eu estou falando, se quiserem fazer contra-argumentos, eu vou ter uma pergunta mais incisiva no final, mas tudo isso, vocês podem contra-argumentar, aditar, o que quiserem. O Arthur, se quiser expandir alguma, clicar e abrir uma aba do teu, vamos dizer assim, nesse navegador. Então veja, cresceu 10% acima. Por isso que eu digo, o problema é o Estado, aqui sim um *input* ideológico, o problema é o Estado, é o manicômio tributário, é a energia que se gasta para o Leviatã ser alimentado. Bom, South Summit traz inovação para Porto Alegre, acho que pode ser, Arthur, tu que és jovem e o Ferronato, que é jovem há mais tempo que nós – não é, Ferronato –, tomara que seja um pé na porta, digamos assim, e a própria candidata do PT, do PSOL, a Maria do Rosário esteve no South Summit. Acho que isso valida que, de novo, não é ideológico, Robaina,

claro que cada um tem o seu recorte, mas ambos, o prefeito, *por supuesto*, e a Maria do Rosário, que é candidata de oposição, também estiveram lá, acho que isso valida que o South Summit é bem-vindo à capital, Ver. Bosco. Tem a questão da tributação, taxaço dos aplicativos, essa é uma pauta com que a CEFOR também está lidando, que pode prejudicar. Aliás hoje está tendo uma manifestação, muitos talvez não conseguiram, tiveram dificuldade para conseguir aplicativo para chegar aqui. Por fim, o manicômio tributário, só reforçar a questão da indústria nacional, a nossa visão é, ao invés de eu tributar a Shopee, eu tenho que tirar o imposto da Havan. Eu tenho que tirar o imposto das nacionais para competir. Há gente: “Não, se tem imposto do táxi, então vou botar o imposto do Uber”. Não, tira o imposto do táxi. Reduz o custo para o brasileiro poder competir, reduz o imposto da empresa nacional. A desindustrialização é um efeito colateral do tamanho do Estado, na minha opinião. Por fim, a pergunta sobre essa questão dos ultraprocessados, eu acho que, do ponto de vista da saúde, estamos todos na mesma página, mas aqui vem a pergunta: não vai afetar os mais pobres? Porque hoje o mais pobre vai lá e compra 1 quilograma de salsicha, gasta em hospital, mas aí o hospital vem pelo Poder Público. Acho que a provocação é boa, Adeli, quer dizer, os ultraprocessados, somos todos contra, que se pudesse eliminar. Eu tento, Robaina, para os meus filhotes lá inclusive não dar, mas essa é a provocação, talvez para o professor que trouxe o assunto, mas, se o pupilo também quiser responder. A tributação, a sobrecarga de tributação, sem uma contrapartida, não vai afetar os mais pobres e vai a inflação corroer o poder dos mais pobres? É isso, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Professor Paulo e o Arthur...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eles vão fechar.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Não, não, se tu quiseres falar também, depois responde tudo ao fim. O Ver. Robaina está com a palavra.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, não, não.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Bem, então, bom dia a todos, todas, estou meio que sem voz hoje, uma semana já sem voz. Não foi pelo Juventude... Também queria saudar todos e, em especial, o professor Paulo. Sabes, Bosco, que, professor Paulo, o cara tem que fazer um esforço para falar, porque ele é o Paulinho, entendeu, agora já é um professor, não posso falar Paulinho, agora. Tem gente tem gente lá no PT, Adeli, que ainda me chama de Robertinho, também não aceito mais Robertinho, Paulista, O Adeli era o primeiro, que me chamava. Eu não peguei toda exposição do Arthur, também quero parabeniza-lo, porque eu vi que está muito preparado, é importante isso, porque traz um debate. Aliás, não é tão novinho, 23, já tem que estar preparado mesmo. Meus parabéns, Arthur, pela exposição. E o que eu queria dizer basicamente é o seguinte, aqui é um debate, na verdade, o que eu senti, não sei se esse foi o objetivo, imagino que sim, é que, a partir da PUC, do curso, com o Arthur e o professor, fez-se um esforço de aproveitar a reforma, o debate da reforma, e já pensar as mudanças que a reforma traz para pensar como isso pode ser utilizado nas políticas públicas da cidade de Porto Alegre, o que vai ter de novo e o que a cidade pode aproveitar. Ou seja, já fazendo um estudo aplicado a uma qualificação da política local, se antecipando, porque todo mundo que pensa a política pública vai ter que pensar a reforma, as novidades legislativas e vai tentar ver o que pode, como pode usufruir, como pode ganhar margem de investimento, enfim, como pode disputar em melhores condições. Eu vi que o esforço é um esforço não só da lógica da defesa da cidade contra outras cidades, mas é um esforço que pensa como beneficiar Porto Alegre, aponta inclusive ali as mudanças que... A questão da tributação diferente de Porto Alegre, de Eldorado em relação à questão dos investimentos na área de tecnologia, bem, na verdade, o esforço é para que a gente não tenha guerra fiscal em lugar nenhum. Eu imagino que esse seja o esforço que vocês... Essa é a base da qual vocês

partem, porque vocês reivindicam a reforma tributária. E eu tenho a impressão de que o ponto mais importante dessa reforma tributária foi justamente avançar no combate à guerra fiscal. Eu vejo que essa reforma tem muitos limites, mas esse tema de combater a guerra fiscal tem muita importância, não só a racionalização, a transparência, mas os limites dessa reforma têm a ver com a questão da distribuição, tanto é que a segunda parte da reforma já foi anunciado, inclusive que nem vai... Já ouvi o governo anunciando que a segunda parte que tocava o tema da distribuição mais pesada da propriedade não vai mais vir para o Congresso. Não sei se o Paulo tem informações, mas o que eu li é que essa segunda parte já está descartada do debate.

Então o que eu queria, mais que nada, era realmente ter o material. Acho que é poder estudar com base na leitura, disponibilizar para todos. Eu acho que o Tiago levantou uma questão justa, né? Que é socializar com os pré-candidatos, acho que vai ser importante. Eu vejo que Porto Alegre está muito sem planejamento. Faz muito tempo que não tem planejamento em Porto Alegre, muito tempo. O Brasil, em geral, tem uma crise já que vem de mais de 10 anos. Porto Alegre está enfrentando um problema grave de governos locais, porque o Marchezan, não vou fazer um julgamento do mérito, mas o Marchezan não conseguiu ter uma base política, Tiago, para fazer uma planificação da cidade que realmente deixasse a marca do que ele pensava em termos estratégicos. Porque, na verdade, foi tanta confusão, foi tanta crise que ele produziu na relação política, sobretudo, na Câmara, inclusive terminou com uma base de... Começou com uma base de sustentação que era amplamente majoritária, terminou sem apoio nenhum. Então o governo do Marchezan teve uma crise política meio que forte, né? E o governo Melo, de uma certa forma, também tem uma situação de muita crise. E o planejamento do Melo sempre foi... O Marchezan também tinha muito isso, mas o do Melo acentuou a ideia de privatização, de entrega. E isso que vocês estão discutindo é, de uma certa forma, como o poder público pode pensar a cidade. A ideia não é simplesmente ficar privatizando e entregando a serviços, é pensando como que se pode qualificar o serviço, a partir de uma política tributária. Eu entendo a posição do Tiago, mas realmente nós precisamos ter

política tributária. Política tributária numa sociedade capitalista: ou tu tens uma política tributária e busca racionalizar a política tributária e busca fazer com que a política tributária garanta algum nível de distribuição de renda, de igualdade, ou, então, realmente é uma selvageria.

Então, eu acho que o esforço de pensar, inclusive, essa ideia me pareceu muito interessante da área da saúde. O Brasil tem uma potência enorme em saúde, e Porto Alegre também, quer dizer, tem complexos como o GHC, o HPS, nós temos grandes hospitais aqui que realmente conseguimos ter uma política de incentivo à saúde, é muito válido.

Então queria que vocês fornecessem esse estudo para que a gente possa socializar e, a partir daí, também debater com mais profundidade. Quero parabenizar o Artur, o Paulo e a PUC pela iniciativa, e o nosso Ver. Gilson Padeiro que trouxe o tema, e acho que também o Adeli deve ter colaborado com isso. É isso.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): A palavra com o Ver. Adeli Sell.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Primeiro, quero pedir licença, porque eu sou intruso desta comissão. Foi aqui que eu comecei a minha trajetória como vereador, eu cheguei aqui em 1997 e eu acabei sendo presidente da CEFOR no primeiro ano, isso, para mim, foi um choque térmico brutal, eu sou velhinho. Mas eu estou muito feliz de reencontrar o Paulo aqui, junto com o Artur. E é um bom debate essa questão da reforma tributária, porque o saudoso professor Alfredo Augusto Becker escreveu um livro memorável chamado Carnaval Tributário, ele já comentava o nosso código da década de 1960, que, para aquela época, foi um código avançadíssimo, na minha opinião. Só que, com o passar dos anos, a federação foi colocando penduricalhos, o estado colocou outros tantos penduricalhos e os municípios também tentaram fazer isso, apesar que têm mais dificuldades. O grande problema do nosso País sempre foi essa questão da guerra fiscal. Aqui nós discutimos durante anos a questão da tributação, principalmente na área da tecnologia, nós mudamos o ICMS, eu acho que foi em

2000 e pouco, colocando uma alíquota menor, porque a gente estava perdendo para tudo o que é lugar essas empresas de tecnologia, e principalmente nós estávamos tendo empresas completamente informais. A Tecnopuc, nesse sentido, foi um avanço em 2003, 2004, nós nos envolvemos diretamente nesse momento. E eu acho que a gente tem que discutir, sim, uma tributação que seja verdadeiramente inclusiva, que ela não seja pesada para quem tem menos poder aquisitivo. Então essa discussão de ter um retorno do ICMS para baixa renda, eu acho que ninguém foi contra, né? Eu acho que isso é positivo. Agora tem discussões sobre a questão ainda da cesta básica, porque ela toca as pessoas de menor poder aquisitivo. Mesmo que você receba um pouco de volta, mas você está pagando R\$ 1,00 a mais por um quilo de erva, você está pagando... Olha, aumentar 12% leite, pães e coisas do gênero, que é o que as pessoas mais consomem, é pesado; mesmo com algum tipo de retorno. Eu acho que nós temos que fazer um grande debate, eu vou provocar aqui o Tiago Albrecht mais uma vez, porque o Robaina e eu provocamos tanto, tanto o Camozzato e ele nunca veio para um debate. Nós queríamos fazer um debate, se for possível aqui nesta comissão, abrindo para todos os vereadores, enfim, uma discussão de fundo sobre a questão do liberalismo. Discutir o liberalismo econômico, mas nós vamos lá no Adam Smith, nós vamos começar com quem tem que falar; não esses babacas de atualmente. Vou chamar de babaca, economista babaca não dá. Queremos debater quem tem conteúdo, e a partir disso a gente faz um grande debate. Mas eu acho que, se vocês, como me consta, vão fornecer esse estudo, para nós vai ser muito importante, nós temos que trazer o verdadeiro debate político institucional para dentro da Câmara de Vereadores. Não podemos continuar mais numa grenalização. Acho que a grenalização vai acabar, os dois times estão se acabando; por isso que eu sempre sou Zequinha. Zequinha é que conta, né?! Então, eu quero agradecer, Ferronato, por essa possibilidade de dar um pitaco aqui, de encontrar o Paulo e parabenizar o Artur, eu acho que tem que começar mesmo isso metendo a cara, estudando, escutando. O grande problema aqui, quando se fala em tributação, um lado não escuta o outro. "Porque isso aí é posição da direita", "Não, isso é posição do

esquerdismo.” Não, não é assim, é muito mais complexo, muito mais complexo. Eu quero terminar com essa questão que vocês tocaram aqui do projeto de industrialização do País, uma reindustrialização, e, no caso da área da médica, é praticamente uma industrialização. Como é que você vai aceitar que no Rio Grande do Sul você tem uma das maiores cutelarias do mundo, que é aqui na serra gaúcha, e você tem o nosso – começou lá quando eu era secretário da SMIC – Saúde Porto Alegre, onde você tem um dos maiores atendimentos, mais qualificados de saúde do continente – do continente! – e você importa bisturi sabe de onde? Turquia. Não, mas não dá, né? Aí não dá para ser feliz. Quando soube disso “me caiu os butiá do bolso” e por isso que eu acho que nós temos que fazer esse debate aqui sobre o novo processo de reindustrialização do País, o que conta. Por isso as minhas divergências até com os meus companheiros, essa questão de dar dinheiro para montadora, dinheiro para montadora, quando nós estamos deixando passar, ao largo, uma nova indústria, uma indústria necessária. Com esse avanço que nós temos na saúde tem que ter indústria para isso, né? Obrigado, Ferronato.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Muito bom. O Marcelo Fernandes está com a palavra.

SR. MARCELO FERNANDES: Bom dia a todos. Saúdo o Presidente Ferronato, em nome de quem cumprimento os demais vereadores, colegas de Mesa, público presente. Uma saudação especial ao professor doutor Paulo Caliendo, que todo ano abrilhanta a nosso seminário anual da AIAMU, e uma saudação e parabenizo o estudante Artur, pelo excelente trabalho. Como representante da Fazenda, eu, por dever, preciso fazer uma defesa de algumas situações que foram postas aqui, primeiramente no sentido... Trazendo as palavras do professor doutor Alberto Macedo, que também é fiscal de tributos do Município de São Paulo, que as soluções que têm que ser trazidas para o Brasil têm que ser próprias para o Brasil. O Brasil é um país *sui generis*, que não cabe no quintal de ninguém. Às vezes se comentam soluções da Nova Zelândia, que tem 5

milhões de habitantes, cabe em Porto Alegre; na Alemanha são 30 milhões de habitantes, cabe no Mato Grosso do Sul. O Brasil é um país único, e, como país único, tem que ter soluções únicas. Depois foram trazidas questões sobre a complexidade do sistema tributário. Obviamente é um sistema complexo, assim como é complexa a sociedade, a democracia é complexa, complexas são as relações entre as pessoas, entre as empresas, entre as famílias. E o Estado entra e cria regras para pacificar essas relações, que são complexas e que valem para todos, que é o que a gente sempre busca daí: a isonomia e a igualdade. O que acontece é que, às vezes, no sistema tributário, e aí eu falo como quem fiscaliza, alguns atores desse sistema econômico querem se diferenciar dentro dessas regras, criando teses que complexificam ainda mais o sistema. Então, tu tens fabricantes de chocolates, de bombons, que entendem que são *wafer* e não são bombons, para pegar uma tributação mais favorecida. Tem fabricantes de crocs que dizem que são chinelos e não sapatos para buscar uma tributação diferenciada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MARCELO FERNANDES: Enfim, então é sobre esse sistema complexo que o Estado tem que atuar. Obviamente o tributo não é um fim em si mesmo, o tributo é algo que serve para financiar o Estado e prestar os serviços públicos às adequadas necessidades da população, que é esse o fim do Estado, uma atitude do interesse público, e dentro desse sistema se criam soluções para que as coisas sejam pelo menos equânimes. Porque o grande problema da complexidade do sistema tributário é quando isso gera uma anomia, uma disformia dentro do próprio sistema, onde uma empresa obtém vantagem ilícita frente à outra, e dessa vantagem torpe, ela se beneficia. É isso que o sistema tributário busca combater, a administração tributária busca combater, os auditores fiscais, e é sobre esse sistema que a gente tenta atuar com mais contundência. Do lado do contribuinte, que é 99% contribuinte, a gente tenta sempre simplificar, esclarecer e atuar para que ele consiga recolher de maneira

adequada os seus tributos. Então, novamente, parabenizando o debatedor, parabenizando os vereadores pelo importante tema que foi trazido no debate, a Fazenda se coloca à disposição para apresentar soluções. Um bom dia.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Obrigado. Antes de passar a palavra aos nossos convidados, vou registrar o seguinte: lá na década de 1970, um pouco mais, na década de 1980, andando pelo País e falando sobre tributos, eu tive a oportunidade, por diversas vezes, de ouvir ferozes críticas ao sistema tributário. Essas críticas partiam do Nordeste em direção ao Sul, Sudeste. Eles diziam, à época, o seguinte: que nós produzíamos, nós gerávamos emprego, nós gerávamos a receita, e nós ficávamos com o tributo. Por quê? Porque tinha aquela ideia, ainda hoje tem, 40, 50 anos depois, está mudando, Ver. Tiago, que era de o tributo ficar na origem e agora se buscou o destino. Porque ele dizia o seguinte: nós consumimos, nós pagamos para vocês, e nós ficamos sem o tributo, sem o dinheiro e sem o emprego. Isso mudou agora, se veio para o bem, isso é uma coisa que pode se discutir depois, mas eu estou dizendo que são coisas que há 40, 50 anos se estudava.

Lá na década também de 1970, eu trabalhava na Contadoria da União, nós tínhamos o famoso crédito-prêmio, que, entre aspas, ainda hoje temos, setor moveleiro, de peças, etc., eles ganhavam dinheiro da União, porque eram setores que tinham seus benefícios. Agora que está começando a fazer isso, estou aqui na Câmara desde 1989, Ver. Bosco e Ver. Adeli também, mas é bom esses jovens conosco também, o Ver. Tiago...

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Na verdade, jovem é o Artur, meu presidente.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Muito bem. Nós tínhamos a guerra fiscal. Não era possível e ainda não é, de que, na verdade, Porto Alegre apresenta uma alíquota e o mesmo serviço em Canoas, o Artur apresentou isso, uma alíquota pela metade. Isso é uma coisa que se discutiu entre municípios e

estados permanentemente, uma empresa que viria para o Brasil se dava basicamente tudo o que se tinha de bom.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Se me permite ilustrar o que o presidente está falando, a Câmara enfrentou no passado uma votação em que o Executivo enviou uma proposta de redução de alíquota, porque havia um setor da capital que estava ameaçado ou ameaçando ir para outros municípios com alíquota menor, e a Câmara teve que fazer esse debate, aí todos os aspectos políticos. Só para ilustrar que ainda, no ano passado, a gente enfrentou politicamente, na prática, esse problema da guerra fiscal.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Nós temos aqui na Câmara, estou presidindo uma comissão, aliás, uma Frente Parlamentar em defesa das Micro e Pequenas Empresas (MEIs), e vamos convidá-los para vocês virem conversar conosco também nessa Frente. Eu quero terminar, antes de passar a palavra, que foi falado bastante, meu filho está trabalhando em Abu Dhabi, na Arábia Saudita, e eu fui visitá-lo agora, no ano passado, e eles nos convidaram para ir para o deserto. Fomos nós para o deserto ver a lua à noite, lindo.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Teve miragens lá?

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Quase. Quando nós pegamos uma *van* para ir lá para o deserto, cabiam sete pessoas, e nós estávamos em cinco da minha família, mais o motorista, e, lá pelas tantas, embarcou um senhor e foi conosco para o deserto. Chegamos no deserto, esse meu inglês privilegiadíssimo, que eu só sei dizer *good morning*, e conversa daqui, conversa dali, perguntei de onde ele era. Nova Zelândia, que se falou aqui, Nova Zelândia. Eu disse que era do Brasil, e ele disse: “Conheço o Brasil, Porto Alegre”. Então, tu vê que a única criatura que encontramos lá nos países árabes conhecia Porto Alegre, e ele veio aqui, esteve aqui num congresso médico.

A cidade inteligente, acredito que ela tem uma série de facetas, uma série de possibilidades, mas, meu jovem estudante, Porto Alegre passa também pelo setor de eventos, pelo setor de saúde e pela inteligência, vamos falar aí na tecnologia. Então, nós temos grandes possibilidades e caminhos para partir para essa cidade inteligente que lamentavelmente estamos muito mal classificados. Era isso que eu queria dizer e passo a palavra a vocês, para fazerem as considerações sobre aquilo que foi dito e para as despedidas de vocês também. Aproveito, Marcelo, para dizer que, ao final da reunião, vamos ficar uns cinco minutinhos porque temos um assunto, precisamos conversar contigo.

SR. PAULO ANTONIO CALIENDO VELLOSO DA SILVEIRA: Presidente, eu começo pela exposição do Dr. Marcelo Fernandes e queria saudá-lo por uma das maiores inovações que Porto Alegre tem, que é muito elogiada no Brasil inteiro, que é a câmara de mediação e conciliação tributária da Secretaria Municipal de Porto Alegre. Não existe uma cidade no País que eu participe que não elogie essa iniciativa, e graças à sua coordenação também.

Também digo que a AIAMU, que muito me minha honra, por que essa ação dos auditores fiscais da Receita Municipal de Porto Alegre completou seus 61 anos no dia 19, terça-feira passada. Infelizmente eu estava em Brasília e não pude participar e cumprimentar a diretoria.

Agradeço também à PUC, porque eu estive indo nesse evento lá que é do PAT-RTC da reforma tributária e, portanto, eu concordo plenamente com as exposições e com os elogios, inclusive, ao Alberto Macedo, que é um grande lutador do municipalismo, estava lá na comissão de sistematização, deve estar hoje lá defendendo algumas pautas municipalistas. Eu concordo plenamente que nós temos que fazer uma revolução em relação a essa matéria.

Ao estimado Ver. Adeli Sell, eu concordo plenamente com a ideia de que a nossa guerra fiscal é um prejuízo. Isso foi relatado, inclusive, por uma economista a quem eu gostaria de saudar também, que é a Cristiane Schmidt, que foi secretária da Fazenda do governador Caiado, e ela disse que o Brasil, na década de 90, privilegiava a guerra fiscal nacional, enquanto que hoje nós estamos em

luta para ter um espaço no cenário internacional com produtos estrangeiros. E não adianta ter uma indústria nacional fraca se digladiando, reduzindo alíquotas e nós estamos perdendo capacidade competitiva com o exterior.

Também, nosso estimado vice-presidente da Comissão, Ver. Tiago Albrecht, eu fui muito entusiasta dos debates com o deputado federal, agora suplente, Alexis Fonteyne, que que era um grande defensor da reforma tributária. Algumas das dúvidas que eu tinha em relação à reforma tributária, o deputado Alexis Fonteyne esclareceu. Ele listava alguns pontos, um desses é da reforma fiscal, que não existe uma reforma tributária que não pense nesse aspecto, porque o nosso alinhamento com a OCDE – Organização da Cooperação e Desenvolvimento Econômico – exige isso.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): O senhor me permite um rápido aparte que não foi abordado hoje e ficará para a próxima. Essa simplificação tributária, Robaina, inclusive mitiga o perigo da sonegação, porque essa nova forma de você apurar os impostos faz com que a cadeia dependa uma da outra e mitiga ou visa mitigar também a sonegação fiscal.

SR. PAULO ANTONIO CALIENDO VELLOSO DA SILVEIRA: Também. Como disse, o Ver. Airto Ferronato, um dos outros aspectos é a tributação no destino. Nós não sabemos exatamente como é a tributação no destino em um país de tecnologia móvel como é o século 21, ou seja, em que nós temos plataformas de negócios, negócios móveis, dinâmicos e, portanto, é um problema muito sério. Mas eu concordo especialmente com o Ver. Airto Ferronato que a tributação no destino é uma das grandes preocupações que nós temos.

Especialmente na fala do Ver. Roberto Robaina, eu queria chamar atenção nessa questão da possibilidade que surge com o *cashback*. Nós não temos ainda ideia de como o *cashback* vai produzir renda no varejo e estimular o nosso varejo. Talvez seja uma das grandes revoluções que nós teremos no País, saudada pela direita, pela esquerda, por técnicos, por pessoas de área de políticas públicas. Se bem construída pode fazer uma diferença gigantesca, se

bem construída. Claro, irá ao Congresso, o Congresso vai apreciar o projeto de lei complementar. E foi fundamentada – importantíssima a lembrança Ver. Tiago Albrecht –, a criação do *cashback* no Brasil não segue o modelo canadense, não segue um modelo de outros países, Nova Zelândia; segue o modelo do Rio Grande do Sul, de um auditor fiscal do Estado do Rio Grande do Sul, Giovanni. Segue uma ideia gaúcha que tem, claro, orientações de outros lados, olha para o Uruguai para ver como o Uruguai faz, mas ela surgiu aqui no Rio Grande do Sul. E isso foi registrado na Câmara dos Deputados com o registro histórico do testemunho do Giovanni, que eu acho que é um nome que nós temos que ouvir mais inclusive.

E, por último, só mencionar a questão dos ultraprocessados, que realmente é um tema que nós temos que pensar, não é um tema simples. Nós não podemos destruir cadeias produtivas antes de construir outras, deve existir uma transição econômica, e isso tem que ser pensado de uma forma muito cuidadosa.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. PAULO ANTONIO CALIENDO VELLOSO DA SILVEIRA: Exatamente. Nós pensamos também na tributação de refrigerantes, que é outro tema que chama atenção, mas, como diz o Ver. Roberto Robaina, a cidade tem que pensar daqui para o futuro. Nada melhor do que aproveitar um período pré-eleitoral, com pensadores. Tenho certeza que todos partidos vão reunir as melhores cabeças para pensar Porto Alegre para o próximo mandato, próximo período de quatro anos, para que nós tenhamos políticas públicas de longo prazo. Quero saudar de novo o nosso Artur, a todos os presentes, especialmente a nossa escola de direito, que possibilitou tanto a nossa vinda quanto a pesquisa e a nossa participação lá na reforma tributária, como professores, pesquisadores. Então, fica aqui, em nome da Dra. Jaqueline, os nossos cumprimentos ao Irmão Sandro, a toda coordenação por essa participação. Muito obrigado, e ficamos à disposição sempre.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Muito bom, meu querido professor. O Sr. Artur está com a palavra.

SR. ARTUR HAUSER SCHMITZ: Bom, primeiramente, agradeço a atenção que foi disponibilizada a mim e ao professor Caliendo, é uma honra realmente, e ressalto isso, apresentar perante V. Exas. um trabalho que nos é tão caro e tão imprescindível acreditamos para o adequado desenvolvimento de Porto Alegre. Dr. Marcelo, as considerações que o senhor trouxe são absolutamente fundamentais, devem ser obviamente debatidas, e nós acreditamos sempre que é um tema apartidário. Falamos agora da questão do período eleitoral, mas é um assunto que interessa a todos, e acho que seria muito proveitoso, na mesma forma que cumprimento os integrantes da Secretaria da Cultura, que as demais secretarias do Município de Porto Alegre também viessem, e estão convidados, para a gente poder debater questões do tipo. Porque o mais interessado para isso é o próprio cidadão porto-alegrense, e agora nós temos quatro anos pela frente de debates intensos. E temos demonstrações, foi citado aqui o South Summit, temos demonstrações em Porto Alegre de que a capital dos gaúchos está entre as capitais da inovação. Mas algumas questões devem ser reformuladas, e temos agora oportunidade, um debate amplo para trazer isso à Câmara de Vereadores, que é quem deve decidir e quem deve debater essa ideia. E tratar da tributação como um fomento realmente ao desenvolvimento tecnológico e social, porque hoje, se nós temos um assunto que é tratado em todo e qualquer debate que abre os olhos de todos é a inteligência artificial. Quando se vai em qualquer debate hoje que trata de tecnologia, o tema é inteligência artificial, e como nós, como sociedade, Estado, iniciativa privada lidaremos com isso.

Outra questão que foi mencionada aqui, e eu acho importante ressaltar, nós temos que ter uma parceria entre o setor público e o setor privado para o desenvolvimento de cidades inteligentes. Não é somente o setor privado e não é somente setor público, é necessária uma união entre os dois, por quê? Os pensadores, muitos deles estão na iniciativa privada, os grandes, agora,

técnicos, muitos estão concentrados na iniciativa privada, nas empresas de tecnologia, *startups*, por exemplo, e podem ser trazidos pelo setor público para um debate e para encontrar soluções comuns. Então, isso perpassa também, Srs. Vereadores, por adequar a tributação a esse novo momento. Então, a reforma tributária que foi trazida aqui, nós acreditamos que ela, sim, não foi perfeita, mas ela tem pelo menos uma tentativa e uma mudança na mentalidade do sistema tributário brasileiro. Tentar torná-lo menos complexo, menos regressivo e possibilitar que cidades inteligentes que têm como foco principal a melhor qualidade de vida dos cidadãos sejam colocadas em prática. Ou seja, nós saímos da teoria e colocamos isso em prática para os cidadãos.

Eu vou pedir uma licença aos Srs. Vereadores, antes de finalizar, Ver. Ferronato, nós temos um presente da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para entregar à Câmara de Vereadores, a doação de uma obra que foi fomentada e produzida dentro da Universidade em comemoração dos seus 75 anos. E nós sabemos que a história da PUC e a história de Porto Alegre se interligam muito. Uma universidade que começou aqui e que tenta sempre colocar Porto Alegre no centro dos debates mundiais sobre os mais variados temas. Temos a Tecnopuc dentro da Universidade, que é uma referência mundial em termos de tecnologia; e temos também o próprio Pacto Alegre, que é fomentado pela PUC, pela Prefeitura, pela Câmara. Ou seja, parcerias tão benéficas à população de Porto Alegre acho que devem ser ressaltadas e incentivadas como ocorreu no dia de hoje. Muito obrigado.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Lembrando a Universidade da Terceira Idade, que a PUC é vanguarda nesse tema. (Palmas.)

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Muito bom. Nós vamos fazer uma reunião aqui com o Marcelo, quero agradecer a presença de vocês, dizer da importância de estarmos aqui. Vamos receber o livro.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h45min.)

TEXTO SEM REVISÃO